



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**SENTENÇA**

Processo nº: **1007766-48.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor**  
 Requerente: **Maria Divina Teotonio**  
 Requerido: **Luzia de Oliveira de Andrade**

**JUSTIÇA GRATUITA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Caio Cesar Melluso**

Vistos.

1 Trata-se de ação de caráter voluntário em que a parte autora, solicita expedição de alvará para levantamento de resíduo de benefício previdenciário NB 21/063.469.703-0, a que faz jus a falecida genitora da requerente, Luzia de Oliveira de Andrade (certidão de óbito às fls. 07).

2 Consoante se extrai da interpretação dos artigos 1º, da Lei nº 6.858/80, e 112, da lei nº 8.213/91, o valor não recebido em vida pelo segurado, no âmbito da previdência social, será destinado em quotas iguais aos dependentes habilitados perante o órgão administrativo ou na forma da legislação específica dos servidores civis e militares. Não havendo dependentes habilitados, os valores devem ser destinados aos sucessores previstos na lei civil, independentemente de inventário ou arrolamento.

3 No caso dos autos, o óbito e a existência do valor a ser recebido foram comprovados, não há dependentes habilitados perante a previdência social e a autora comprovou ser a única herdeira da falecida.

4 Assim, acolho o pedido, **AUTORIZANDO** o(a) autor(a), Maria Divina Teotonio, a proceder, junto aos órgãos competentes, o levantamento dos valores não recebidos em vida pelo(a) segurado(a), Luzia de Oliveira de Andrade, referente ao NB 21/063.469.703-0. Julgo extinta a ação, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil.

5 Ausente qualquer interesse recursal (art. 1.000 do CPC), **fica anotado o trânsito em julgado**, ocorrido na data de prolação desta sentença, **dispensado o lançamento de certidão pelo cartório**.

6 Após a expedição de alvará, remeta-se ao arquivo.

**7 P.I.**

São Carlos, 25 de janeiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**